

AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR029487/2021**

SIND T F D P C P N H D D E M S DA CID SALV BA RG METROP, CNPJ n. **00.234.080/0001-40**, localizado(a) à Avenida Sete de Setembro - até 1163 - lado ímpar, 71, Edf Executivo, sala 304, Dois de Julho, Salvador/BA, CEP 40060-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **ELIANA SANTOS DE MELO**, CPF n. 759.219.105-97, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 21/01/2021 no município de Salvador/BA;

E

SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DE DROGAS E MEDICAMENTOS DO ESTADO DA BAHIA - SINCAMED, CNPJ n. 15.678.600/0001-80, localizado(a) à Avenida Tancredo Neves - lado par, 1109, 9º ANDAR, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-020, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). **GETULIO BEZERRA DE ARAUJO JUNIOR**, CPF n. 107.510.255-34

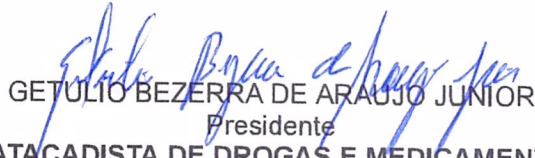
nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Subsecretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR029487/2021, na data de 09/06/2021, às 14:54.

Salvador, Ba, 09 de junho de 2021.



ELIANA SANTOS DE MELO
Presidente

SIND T F D P C P N H D D E M S DA CID SALV BA RG METROP



GETULIO BEZERRA DE ARAUJO JUNIOR
Presidente

SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA DE DROGAS E MEDICAMENTOS DO ESTADO DA BAHIA - SINCAMED

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SINTFARMA - SINCAMED
2020/2022

Pelo presente instrumento, firmam **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, de um lado o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM FARMÁCIAS, DROGARIAS, PERFUMARIAS, COSMÉTICOS, PRODUTOS NATURAIS E HOMEOPÁTICOS, DISTRIBUIDORES, DEPÓSITOS, ESCRITÓRIOS, MEDICAMENTOS E SIMILARES DA CIDADE DO SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA - SINTFARMA, com endereço à Avenida Sete de Setembro, 71, Edf. Executivos, salas 304/305, São Bento, CNPJ nº 00.234.080/0001-40, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Salvador, Camaçari, Candeias, Catu, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz, Arembepe e Abrantes, com registro sindical 46000.007345/94, neste ato representado por sua Presidente, a Senhora Eliana Santos de Melo, inscrita no CPF/MF sob o nº 759.219.105-97 e do outro lado o SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE DROGAS E MEDICAMENTOS DO ESTADO DA BAHIA - SINCAMED, com endereço à Avenida Tancredo Neves, 1109 - 9º andar, Edf. Casa do Comércio Deraldo Motta, Pituba, CNPJ nº 15.678.600/0001-80, neste ato representado pelo seu presidente, o Senhor Getúlio Bezerra de Araújo Junior, inscrito no CPF/MF sob o nº 107.510.255-34, todos devidamente autorizados por suas respectivas Assembleias, nos termos das Cláusulas que seguem, que aceitam e mutuamente se obrigam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DATA BASE E VIGÊNCIA - A data base da categoria é o 1º primeiro de março de cada ano, sendo que a presente convenção terá vigência de 02 (dois) anos, a contar de 01 de março de 2020 até 28 de fevereiro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL PARA O ANO DE 2020 - A partir de 1º de março de 2020, as empresas concederão aos seus empregados um reajuste salarial de **4,02% (quatro inteiros e dois centésimos de por cento)**, incidente sobre os salários bases de 1º de março de 2019, respeitado o salário mínimo vigente.

Parágrafo Primeiro: Para os empregados admitidos entre 1º de março de 2019 e 29 de fevereiro de 2020, o reajuste será proporcional ao número de meses de serviço.

Parágrafo Segundo: Serão compensados todos os aumentos compulsórios e/ou espontâneos concedidos entre 01 de março de 2019 até a data de assinatura desta convenção.

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS EM 2020 - A partir de 1º de março de 2020 fica garantido piso salarial, por função, nos seguintes valores:

- I) **R\$ 1.083,97 (um mil e oitenta e três reais e noventa e sete centavos)** para os empregados com mais de 03 (três) meses de serviço na mesma empresa, que exerçam as funções de office boy, faxineiro, carregador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, empacotador, entregador, serventes e similares;
- II) **R\$ 1.177,89 (um mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos)** para os demais empregados com mais de 03 (três) meses de serviço na mesma empresa.

Parágrafo Único: As eventuais diferenças salariais em decorrência da presente convenção serão pagas em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, sem acréscimos, juntamente com o pagamento dos salários dos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL PARA O ANO DE 2021 - A partir de 1º de março de 2021, as empresas concederão aos seus empregados um reajuste salarial de

6,22% (seis inteiros e vinte e dois décimos de por cento), incidente sobre os salários bases de 1º de março de 2019, respeitado o salário mínimo vigente.

Parágrafo Primeiro: Para os empregados admitidos entre 1º de março de 2020 e 28 de fevereiro de 2021, o reajuste será proporcional ao número de meses de serviço.

Parágrafo Segundo: Serão compensados todos os aumentos compulsórios e/ou espontâneos concedidos entre 01 de março de 2020 até a data de assinatura desta convenção.

CLÁUSULA QUINTA - PISOS SALARIAIS EM 2021 - A partir de 1º de março de 2021 fica garantido piso salarial, por função, nos seguintes valores:

- I) **R\$ 1.151,39 (um mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos)** para os empregados com mais de 03 (três) meses de serviço na mesma empresa, que exerçam as funções de office boy, faxineiro, carregador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, empacotador, entregador, serventes e similares;
- II) **R\$ 1.251,15 (um mil, duzentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)** para os demais empregados com mais de 03 (três) meses de serviço na mesma empresa.

Parágrafo Único: As eventuais diferenças salariais em decorrência da presente convenção serão pagas em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, sem acréscimos, juntamente com o pagamento dos salários dos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS - Os empregados participarão nos lucros de sua empresa empregadora, na forma que vier a ser estabelecida em lei posterior a assinatura desta convenção.

CLÁUSULA SÉTIMA - TRIÊNIO - A título de gratificação adicional por tempo de serviço, as empresas pagarão mensalmente aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, adicional de 3% (três por cento) sobre o piso da categoria, limitado a 02 (dois) triênios.

CLÁUSULA OITAVA - QUEBRA DE CAIXA - A título de quebra de caixa, as empresas pagarão, mensalmente, aos seus empregados que exerçam efetivamente a função de caixa, 10% (dez por cento) do salário-mínimo vigente, se o empregado tiver menos de três meses de tempo de serviço efetivo na mesma empresa e 10% (dez por cento) do respectivo salário para os que possuam tempo de serviço superior.

Parágrafo Primeiro - Ficam desobrigadas deste pagamento as empresas que não descontarem de seus empregados as diferenças que ocorrerem no caixa;

Parágrafo Segundo - Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade, na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário;

Parágrafo Terceiro - Obrigam-se os empregadores a não promoverem desconto do salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques por eles recebidos, sustados, sem provisão de fundos, desde que observadas as normas das empresas.

CLÁUSULA NONA - EMPREGADOS COMISSIONADOS - Os empregados, que percebem salário na base de comissão, serão regidos pelos seguintes dispositivos:

Parágrafo Primeiro: As empresas anotarão na CTPS o percentual a base de incidência da comissão.

Parágrafo Segundo: As verbas de férias, salários maternidade e verbas rescisórias, serão apuradas pelo somatório dos últimos 12 (doze) meses, imediatamente anteriores ao do pagamento.

Parágrafo Terceiro: Para o pagamento das parcelas do 13º salário, será apurado da seguinte forma:

- a) para o atendimento dos 50% (cinquenta por cento) referente à 1ª parcela, pelo somatório das comissões do período janeiro a outubro do respectivo ano, dividido por 10 (dez);
- b) para o atendimento dos 50% (cinquenta por cento) referente a 2ª parcela, se acrescentará ao somatório dos 10 (dez) meses, o mês de novembro do respectivo ano e se dividirá por 11 (onze), compensando-se o valor da 1ª parcela, paga até novembro do respectivo ano

Parágrafo Quarto: A complementação do pagamento do 13º salário será feita com as comissões auferidas no mês de dezembro do respectivo ano, incorporadas ao somatório dos 11 (onze) meses e dividida por 12 (doze), compensados, naturalmente, as 1ª e 2ª parcelas, pagas até novembro e em dezembro do referente ano, respectivamente.

Parágrafo Quinto: Para o empregado cujo contrato tiver menos de 12 (doze) meses, será adotado, no que couber, o critério "pro-rata temporis".

Parágrafo Sexto: Ao empregado remunerado exclusivamente por comissão (comissão pura) que ocupe a função de balconista, será garantida, cumprida a carência de três meses a contar do seu ingresso, a percepção da remuneração mínima equivalente a R\$ 1.177,89 (mil cento e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos), já incluso o repouso remunerado.

CLÁUSULA DÉCIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - Com exceção dos empregados admitidos em caráter de experiência e nas hipóteses de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, assegura-se a estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

- I) **Gestante** - Desde a notificação da gravidez até 90 (noventa) dias após o término da licença previdenciária;
- II) **Pré-aposentado** - Nos 12 (doze) últimos meses que antecedem à data de aquisição do direito à aposentadoria voluntária, para os empregados com mais de 03 (três) anos de empresa;
- III) **Acidentado do trabalho** - Desde a comunicação do acidente até que se complete um ano após a cessação do auxílio acidente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - UNIFORMES - O empregador que determinar o uso de uniforme padronizado, deverá fornecer, anual e gratuitamente, até 02 (dois uniformes a seus empregados).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - JORNADA DO COMERCÁRIO - A jornada normal de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 08 (oito) horas por dia, permitida a compensação da duração diária do trabalho, obedecidas as exigências e formalidades legais e a manifestação por escrito do empregado, mediante instrumento individual ou plúrimo, no qual constará a jornada a ser cumprida e aquela a ser suprimida pela compensação.

Parágrafo Primeiro - As horas acrescidas em um ou mais dias da semana, devidamente compensadas, não serão remuneradas como extras.

Parágrafo Segundo - É facultado, ainda, às empresas ajustar com seus empregados, programas de flexibilização de horários, por regime de trabalho, considerando como base para cálculo as respectivas cargas semanais vigentes, anualizadas.

Parágrafo Terceiro - Definidas as cargas anuais em seus programas, poderão as empresas flexibilizar a jornada diária de trabalho de seus empregados, ampliando-as ou reduzindo-as nos períodos em que houver maior ou menor fluxo de trabalho.

Parágrafo Quarto - A jornada flexível será controlada por um sistema de débitos e créditos de horas. O detalhamento de cada programa será objeto de acordo específico a ser celebrado pela empresa interessada, empregados envolvidos e sindicato profissional.

Parágrafo Quinto - As horas extras, não compensadas no prazo de até 06 (seis) meses após sua realização, serão remuneradas com o adicional de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal nos dias úteis e com o adicional de 100% (cem por cento) nos feriados e nos domingos.

Parágrafo Sexto - As empresas fornecerão, gratuitamente, um lanche aos seus empregados convocados para o trabalho suplementar, com duração superior a duas horas;

Parágrafo Sétimo - A remuneração do trabalho realizado no horário compreendido entre 23 (vinte e três) horas de um dia e 05 (cinco) horas do dia imediatamente posterior, terá um acréscimo de 20% (vinte por cento) previsto no artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho;

Parágrafo Oitavo - É admitida jornada de 6 (seis) horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sendo possível a utilização do mesmo empregado em mais de 1 (um) turno de trabalho.

Parágrafo Nono - Fica autorizado o trabalho aos domingos e feriados, sendo que a remuneração dos empregados que trabalharem nos feriados e domingos será paga em dobro, salvo se não for compensado ou se a empresa não determinar outro dia de folga, no período de até 45 (quarenta e cinco) dias, casos em que será pago o valor normal da hora trabalhada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRABALHO NOS FERIADOS - Fica ajustado que, na vigência dessa convecção, os empregados que laborarem em dias de feriados, no período entre 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021, terão bonificação de R\$ 47,37 (quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) a ser paga em até dois dias úteis, por meio de depósito em conta salário ou conta corrente do empregado, a título de liberalidade, de natureza indenizatória.

- I) Aqueles empregados que laborarem em dias de feriados, sem distinção, terão direitos a perceber o fornecimento gratuito de vale transporte e refeições (almoço), sem qualquer desconto em folha de pagamento;
- II) Os empregados que laborarem em dias de feriados, no horário máximo de 08 (oito) horas, terão sua jornada e trabalho, nesse dia, remunerada como extraordinária com pagamento adicional de 100% (cem por cento), podendo a empresa transformar essa remuneração em folga compensatória a ser concedida em até 45 (quarenta e cinco) dias após o feriado, se assim não ocorrer prevalecerá à remuneração pela hora extra trabalhada;
- III) Não haverá trabalho nos feriados de 1º de maio, 07 de setembro, 25 de dezembro de 2020 e 2021 e 01 de janeiro de 2021 e 2022 respectivamente, consulta popular, plebiscito popular ou eleições Executivo Federal, Estadual e Municipal, Legislativo Federal, Estadual e Municipal.

- IV) Fica ajustado que, na vigência dessa convenção, os empregados que laborarem em dias de feriados, no período de 1º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022, terão bonificação de R\$ 50,32 (cinquenta reais e trinta e dois centavos) a ser paga em até dois dias úteis, por meio de depósito em conta salário ou conta corrente do empregado, a título de liberalidade, de natureza indenizatória.

Parágrafo Único: As eventuais diferenças salariais em decorrência da presente convenção serão pagas em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, sem acréscimos, juntamente com o pagamento dos salários dos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRABALHO NOS DIAS DE DOMINGOS - Os empregados integrantes da Categoria Profissional abrangida por essa convenção que laborarem nos dias de domingo, no período entre 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021, receberão uma bonificação de R\$ 34,82 (trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), em até dois dias úteis, por meio de depósito em conta salário ou conta corrente do empregado, a título de mera liberalidade, com natureza indenizatória.

- I) Além da bonificação estabelecida no *caput*, os empregados, sem distinção, terão o direito a perceber o fornecimento gratuito de vale transporte e refeições (almoço), sem qualquer desconto na folha de pagamento;
- II) Os empregados que trabalharem nesses dias de domingos, terão folga compensatória, a ser concedida, até o último dia útil da semana do domingo trabalhado;
- III) Nenhum empregado estará obrigado a trabalhar em 02 (dois) domingos consecutivos, devendo ser respeitado o interregno de um domingo de descanso a cada domingo trabalhado;
- IV) Aqueles empregados que ultrapassarem a carga horária de 08 (oito) horas no trabalho nesses domingos, as horas excedentes serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento);
- V) Não haverá trabalho no domingo de carnaval de 2021 e 2022.
- VI) Os empregados integrantes da Categoria Profissional abrangida por essa convenção que laborarem nos dias de domingo, no período entre 1º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022, receberão uma bonificação de R\$ 34,82 (trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos), em até dois dias úteis, por meio de depósito em conta salário ou conta corrente do empregado, a título de mera liberalidade, com natureza indenizatória.

Parágrafo Único: As eventuais diferenças salariais em decorrência da presente convenção serão pagas em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, sem acréscimos, juntamente com o pagamento dos salários dos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO - Faculta-se às empresas a adoção de compensação de horas trabalhadas, pelo qual poderá ser dispensado o acréscimo do salário, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 03 (três) meses, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem sejam ultrapassados os limites máximos de dez horas diárias e 35 (trinta e cinco) horas no mês, sob pena de pagamento das horas trabalhadas, como extra, na forma deste instrumento. As empresas, independente do regime de compensação, adequarão as jornadas de trabalho aos limites legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EMPREGADO ESTUDANTE - O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta situação, gozará das seguintes prerrogativas:

- I) A jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao seu comparecimento às aulas;

- II) Atendidas as conveniências do serviço, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante com o período de férias escolares;
- III) Serão consideradas justificadas, sem necessidade de compensação, as faltas ao serviço decorrentes de realização de exames vestibulares (um por ano) e ENEM, desde que cientificado o empregador com 05 (cinco) dias de antecedência e comprovada mediante a apresentação de documento de comparecimento, em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização do exame.

CLAUSULA DÉCIMA SETIMA - AVISO PRÉVIO - O aviso prévio dos empregados no comércio e prestadores de serviço abarcados por esta Convenção Coletiva de Trabalho será calculado com base no Capítulo VI, do Título IV da CLT, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº 12.506 de 2011.

Parágrafo Primeiro - Ainda que faça o empregado jus a aviso prévio de mais de 30 (trinta) dias, com base nas novas alterações previstas em lei, mantém-se o período máximo de aviso a ser trabalhado de 30 (trinta) dias, devendo o período sobressalente ser indenizado pelo empregador na forma da Lei;

Parágrafo Segundo - Os empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) e quando dispensados sem justa causa, terão direito a aviso-prévio de 60 (sessenta) dias, convindo ressaltar que o mesmo poderá ser cumulado com aquele previsto na Lei nº 12.506/2011, respeitando-se, porém, o limite de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro - O empregado que pedir demissão e conceder aviso prévio, desde que já tenha cumprido 1/3 (um terço) do respectivo prazo, ficará dispensado do cumprimento do restante, na hipótese de, comprovadamente obter novo emprego, sendo remunerado apenas pelos dias trabalhados;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO - A rescisão dos contratos de trabalho será regida pelos seguintes princípios:

- I) Desde que solicitada, a empresa fornecerá Carta de Referência, se o empregado não tiver sido despedido por justa causa;
- II) Os empregadores se obrigam a fornecer aos empregados, por ocasião da rescisão contratual, a relação de salários de contribuição (formulário SB-13), em duas vias;
- III) As rescisões deverão ser feitas no prazo e na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FILIAÇÃO/DIVULGAÇÃO - Os representantes sindicais, devidamente credenciados, poderão, acordados com as empresas, nelas comparecer para divulgação e filiação de novos sócios.

Parágrafo Único - A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIRIGENTES SINDICAIS/REPRESENTANTE SINDICAL - As empresas, que tiverem, nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais, liberarão apenas um para ficar a disposição do Sindicato dos Empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÃO - Em caso de substituição não eventual, mesmo na função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA - Fica estipulada a multa de um piso salarial contido no item "2" da Cláusula Terceira desta Convenção para o caso de descumprimento das obrigações de fazer estabelecidas nesta Convenção que será paga conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" desta cláusula.

- a) Se cometida por qualquer das entidades convenientes, a multa reverterá em favor da outra;
- b) Se a infração tiver sido cometida por parte das empresas, a multa será paga em 50% (cinquenta por cento) ao empregado prejudicado e 50% (cinquenta por cento) ao sindicato laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TAXA ASSISTENCIAL - Será paga a cada Sindicato signatário a seguinte taxa assistencial:

- a) **AO SINDICATO PATRONAL** - As empresas deverão recolher, até 31 de julho de 2021, a importância equivalente a 1% (um por cento) da sua Folha de Pagamento do Pessoal do mês de março de 2020, sendo o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), e o máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) que deverá ser através de depósito identificado na conta corrente 511-5, operação 003, Caixa Econômica Federal, agência 061.
- b) **AO SINDICATO LABORAL** - Será devida a Taxa Assistencial Laboral, correspondente a 1,5% para os empregados sindicalizados ou não ao SINTFARMA, da respectiva remuneração dos meses de março a dezembro de 2021 e de janeiro a março de 2022, que deverão ser pagas até o dia 05 do mês subsequente, através de depósito identificado na conta corrente nº 946-5, operação 003, Caixa Econômica Federal (104), agência 1416.

Parágrafo Único: Para os empregados não sindicalizados ao SINTFARMA, as empresas somente deverão efetuar o desconto da taxa assistencial previsto no *caput*, mediante autorização individual, prévia e expressa de cada empregado, para este fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LOCAL PARA AMAMENTAÇÃO - As empresas, que contarem com mais de trinta empregadas com idade superior a 16 (dezesesseis) anos, obrigam-se a manter local destinado à guarda dos respectivos filhos em idade de AMAMENTAÇÃO, facultado o convênio com creches.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - A DISCRIMINAÇÃO SALARIAL - As empresas com mais de 30 (trinta) empregados fornecerão discriminativo de remuneração mensal, já as empresas com menos de 30 (trinta) empregados não poderão recusar o fornecimento do discriminativo desde que o empregado o solicite com antecedência mínima de quinze dias da data do pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS - Serão reconhecidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos por facultativos do Sindicato dos Empregados em razão da existência de Convênio com o Instituto Nacional da Previdência Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CURSOS, CONCURSOS OU EVENTOS AFINS - O empregado poderá ausentar-se do serviço no período máximo de 03 (três) dias por ano para participar de cursos, seminários de aperfeiçoamento profissional, específico da atividade do comércio e no interesse deste, não ocorrendo prejuízo salarial.

Parágrafo Primeiro - A participação em eventos sindicais dependerá da iniciativa do respectivo Sindicato dos Empregados, sendo facultado ao empregador o atendimento, observando-se a compensação da jornada.

Parágrafo Segundo - A participação do empregado em cursos e treinamentos realizados por orientação, oferecimento ou determinação da empresa serão considerados como período trabalhado, vedado o desconto da remuneração nestes dias.


CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO DE MENSALIDADES - As empresas que tenham nos seus quadros funcionais, associados do Sindicato Laboral, poderão, com anuência prévia destes, promover o desconto das respectivas mensalidades, depositando-as em conta corrente nº 946-5, operação 003, Caixa Econômica Federal (104), agência 1416.

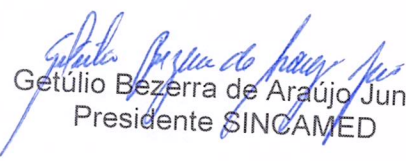
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO DIA DO TRABALHADOR - O dia 18 de outubro de 2021 será considerado "DIA DO TRABALHADOR SINTFARMA", não havendo trabalho, sem prejuízo para a remuneração e nem do repouso semanal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - As entidades subscritoras desta Convenção poderão, a qualquer tempo, na forma da lei, desenvolver negociações sobre as Cláusulas aqui convencionadas ou outras condições de trabalho.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 31 de maio de 2021


ELIANA SANTOS DE MELO
Presidente SINTFARMA


Getúlio Bezerra de Araújo Junior
Presidente SINCAMED